

Mario Alberto Santos

Professor do Centro das Humanidades, da Universidade Federal do Oeste da Bahia
naturezageo@gmail.com

Espaço, geograficidades e ação política comunitária na Resex Marinha de Canavieiras-BA

Resumo

A criação da Resex Marinha de Canavieiras-BA em 2006 foi resultado das mobilizações de pescadores e marisqueiras artesanais, com o apoio de instituições da sociedade civil e também de órgãos do Governo Federal. Como obra da ação política e dos saberes, a criação da Resex desencadeou outros processos de transformações sociais e políticas positivas. O fortalecimento comunitário e a construção da coesão na organização do tecido social se destacam. Esse amadurecimento e a criação de um corpo político fizeram surgir também questionamentos do modelo de cogestão do SNUC e do comportamento do ICMBio em relação às suas corresponsabilidades na gestão da unidade. Deste modo, há um debate colocado. A questão da autonomia das comunidades tradicionais na gestão territorial tem entre os beneficiários da Resex em Canavieiras o desejo de uma resignificação profunda, o que criou um retorno às reivindicações presentes entre as comunidades tradicionais antes do SNUC. Os papéis da ação política e da educação são essenciais para as alterações necessárias no funcionamento do ICMBio e no comportamento de seus analistas. É fundamental o Estado brasileiro admitir o sentido de Ser e suas geograficidades para pensar sua colaboração na gestão das Resex.

Palavras-chaves: território comunitário, diálogos, ação política, existência humana, extrativistas marinhos.

Resumé

ESPACE, GÉOGRAPHICITÉS E ACTION POLITIQUE COMMUNAUTAIRE DANS LA RÉSERVE EXTRATIVISTE MARINE DE CANAVIEIRAS-BA

La création de la réserve de collecte (réserve extrativiste ou resex en abrégé) marine de Canavieiras-BA en 2006 fut le résultat des mobilisations de pêcheurs artisanaux et de collecteuses de mollusques et crustacés, avec l'appui d'institutions de la société

civile et d'organismes du gouvernement fédéral. En tant qu'oeuvre d'action politique et de savoirs, la création de la resex déclencha d'autres processus de transformations sociales et politiques positives. La consolidation communautaire et la création de la cohésion dans l'organisation du tissu social se distinguent. Ce mûrissement et la création d'un corps politique firent surgir aussi des remises en question du modèle de co-gestion et du comportement de l'organisme environnemental, ICMBio, eu égard à ses co-responsabilités dans la gestion de l'aire protégée. Ainsi, il existe un débat ouvert. La question de l'autonomie des communautés traditionnelles dans la gestion territoriale se pose pour les bénéficiaires de la resex à Canavieiras tel le désir d'une profonde ressignification, ce qui cria un retour aux revendications présentes parmi les communautés traditionnelles avant l'adoption du Système National d'Unités de Conservation (SNUC). Les rôles de l'action politique et de l'éducation sont essentiels pour les altérations nécessaires dans le fonctionnement de l'ICMBio et dans les comportements de ses analystes environnementaux. Il est fondamental que l'Etat brésilien admette le sens de l'Etre et ses géographicités pour penser sa collaboration dans la gestion des resex.

Mots-clé: territoire communautaire, dialogues, action politique, existence humaine, extrativistes marins.

1. Introdução

A apresentação deste artigo é parte dos resultados alcançados por meio de um doutoramento em Geografia. O foco principal dos estudos foi os sentidos e o fundamento geográfico da ação política por meio das geograficidades e a compreensão das correlações existentes com a gestão territorial na Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Canavieiras, Bahia. A noção de geograficidades parte de um sentido fenomenológico e experiencial de espaço. Por isso Dardel (2011) relaciona a expressão a uma sensibilidade geográfica inerente à espécie humana, que a coloca em permanente encontro intencional com o mundo, permitindo a construção do “Amor ao solo natural”, a “busca por novos ambientes” e, nesse cotidiano de criação, a conservação de “uma relação concreta” ligando o ser humano à Terra.

Essa íntima e profunda ligação entre ser humano e Terra é construída e conservada a partir de diferentes fenômenos e processos da vida cotidiana; aqui a opção para compreendê-la foi partir da existência humana e da constituição dos saberes e dos fazeres. Soma-se a isso a ação política e suas interações com o modo de Ser e estar de pescadores e marisqueiras artesanais da Resex Marinha de Canavieiras. Nesse sentido, a pesquisa

passou tanto pelas minhas experiências vividas e reflexões teóricas, como pelos encontros com o mundo, os territórios e os lugares presentes nas vivências e experiências em campo.

Considera-se a geograficidade o fenômeno da existência humana que revela, a partir da espacialidade inerente a essa existência, os processos pelos quais o ente constrói sua ontologia e com isso seu modo de existir e se relacionar com o mundo. A geograficidade é a cumplicidade existente entre o ser humano e a Terra; trata-se da revelação de nossa relação visceral com a Terra na existência mundana (BESSE, 2011). Talvez por isso Dardel (2011, p.1) afirme que “[...] a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva”.

É essa inquietude que faz surgir os saberes e os fazeres humanos nos seus diferentes contextos e circunstancialidades; características de cada modo de existir, de Ser e estar. Busca-se nas geograficidades e no espaço os sentidos e o fundamento geográfico da ação política. Portanto, considera-se que os agentes-sujeitos sociais responsáveis pelas ações políticas possuem suas geograficidades intimamente relacionadas à espacialidade da existência e aos significados que esse espaço assume na realização dessa ação.

2. Vida cotidiana e um pouco sobre a Resex Marinha de Canavieiras...

A Resex Marinha de Canavieiras foi criada em junho de 2006 por meio do Decreto Federal nº 05, com dimensão territorial de 100.645,85 ha. Além do município de Canavieiras, a unidade abrange áreas dos municípios de Una e Belmonte. A maior parte do território (cerca de 83%) da unidade é formado pelas águas dos estuários e do oceano, ampliando sua relevância para a conservação dos recursos pesqueiros nos ecossistemas comuns a essas regiões. O município de Canavieiras possui pouco mais de 8.000 ha de áreas de manguezais, com basicamente 3 famílias vegetais distribuídas em 8 espécies. Segundo Machado (2007), isso lhe confere o título de abrigar uma das maiores áreas contínuas preservadas desse ecossistema no estado da Bahia.

O processo histórico de conservação dessas áreas possui íntima relação com o modo de vida dos pescadores e marisqueiras artesanais da região. Segundo Prost (2009), essas populações se caracterizam por ter um uso social da natureza com baixo impacto ambiental negativo para os ecossistemas. “A natureza é o lugar da vida, do que é gratuito e dado a todos no suprimento das necessidades básicas. Ela possui então um valor de uso com o objetivo primeiro de sustento da família” (PROST, 2009, p.170).

Na realização dos diálogos e das vivências de campo para o doutoramento, ficou claro haver entre os extrativistas marinhos a compreensão das relações criadas com a presença da Resex e das melhorias nas condições de conservação da natureza e conseqüentemente do estoque de pescado. Entre as lideranças de pescadores(as), Fabio, D. Maria da Conceição, D. Maria da Glória, Carlinhos, Sr. João, todos fizeram comentários sobre tais aspectos e reconhecem entre outros moradores, pescadores e pescadoras, alterações também de comportamentos direcionados para a conservação.

Ao observar a atuação da Associação Mãe dos Extrativistas Marinhos da Resex de Canavieiras (AMEX), há entre os seus representantes e lideranças a plena consciência dessa relevância histórica dos pescadores e marisqueiras artesanais, relevância essa que hoje se desdobra em questões econômicas e de saúde pública, visto que a natureza preservada garante inúmeras outras atividades econômicas, sobretudo o turismo, fonte de receita para Canavieiras e outros municípios da região.

O art. 2º do decreto de criação destaca como objetivos centrais da Resex a proteção dos “meios de vida e a cultura da população extrativista residente” e, ao mesmo tempo, “a garantia do uso sustentável da natureza”. A escolha foi identificar e caracterizar o universo denominado pelo decreto como “meios de vida” e “cultura” nas geografias de pescadores e marisqueiras locais.

A relação afetiva com a natureza se forma através da história resgatada na memória transmitida pela via oral, assim como da experiência corporal, apreendendo a realidade através dos sentidos. Esse processo cognitivo se circunscreve em um espaço local, pois se origina na convivência com a natureza através da inserção física do corpo e prescinde de tecnologia que afaste o homem dos elementos naturais (PROST, 2009, p. 171).

Essa compreensão permite entender como são forjadas as circunstancialidades necessárias às criações da cognição e da experiência, que possuem no espaço geográfico, nos lugares e nos territórios suas possibilidades de adquirir sentido para a vida humana. Nesse contexto, nascem os significantes e a eles são atribuídos os significados.

A gestão territorial na unidade não pode prescindir desses pressupostos. Por isso a discussão é essencial às reflexões sobre a ação política comunitária. Durante a realização das vivências e experiências de campo, observou-se entre os representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), funcionários da Resex, existir no exercício de suas atribuições de cargo uma atuação restrita, muitas vezes limitando-se ao legalismo da proteção do Estado e do órgão federal ao qual se vinculam. Isso implica tratar as leis como normas de execução de tarefas, desconsiderando os contextos social, econômico e político locais. Tal cenário implica em obstáculos para alcançar toda a complexidade envolvida no cumprimento das funções sociais e políticas do ICMBio. Estas estão delimitadas pela Lei nº 11.516 de 2007 ao criar essa autarquia federal e estabelecer, nos incisos de I – III do art. 1º, parte de suas finalidades.

Tais funções sociais e políticas se evidenciam também por meio das diretrizes e objetivos do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. É essencial que representantes de uma autarquia federal criada para responsabilizar-se pelas políticas públicas ligadas à criação e à gestão das Resex e RDS compreendam toda a dinâmica social e política dos seus territórios de atuação. Não se trata de trabalhar em defesa do Estado, mas sim das populações e comunidades tradicionais e dos seus espaços geográficos de coexistência cotidiana.

O papel do Estado nesse caso é essencialmente contribuir para o fortalecimento comunitário e as melhorias sociais e econômicas necessárias. Ao reconhecerem seus direitos e deveres como extrativistas marinhos e como cidadãos brasileiros, os pescadores e as marisqueiras da Resex reconhecem também a potencialidade da ação política e da coesão do tecido social. É como disse Sr. João (Presidente da AMEX – liderança comunitária em Campinhos), “depois que descobrimos esse tal de direitos, aí a gente não parou mais...”. Por isso a ação política na Resex Marinha de Canavieiras

assume seu caráter comunitário; não são obras realizadas exclusivamente pelo e no exercício do Estado.

Somadas às práticas extrativistas ligadas à pesca e à mariscagem, os moradores da Resex também realizam atividades agrícolas como complemento para a alimentação e às vezes para a renda. Há o plantio de pequenas hortas, lavouras de milho, mandioca, coco e dendê, e, com menor expressão, a pecuária em Barra Velha, Puxim da Praia e Puxim do Sul. Em Atalaia e Campinhos predomina o extrativismo marinho, com poucos moradores desenvolvendo atividades de cultivo de coco, dendê, lavoura de mandioca e, às vezes, hortaliças para consumo doméstico.

Neste contexto, a pesca e a mariscagem são as principais fontes de renda e obtenção de alimentos dos beneficiários da Resex, salvo as comunidades de Oiticica e Puxim do Sul. Ambas são originadas de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criados na década de 1970 com vistas a garantir acesso à terra para seus moradores (MACHADO, 2007). As outras comunidades possuem suas origens atreladas à criação de pequenos núcleos familiares, posteriormente transformados em pequenas vilas e povoados, sempre ligados ao extrativismo marinho.

A constituição das geografidades presentes entre os pescadores e as marisqueiras artesanais é resultado de relações interativas inerentes a toda ação humana, é sobre a “[...] poética do viver [...] Nossa vida como seres humanos ocorre em muitas dimensões que se entrecruzam em sua realização [...] que torna possível tudo o que fazemos, somos ou podemos ser” (MATURANA; YÁÑEZ, 2009, p. 193). Essa realização tem na dimensão espacial o acolhimento necessário, visto que o sentido de Ser e a ação têm o espaço como fundamento e as geografidades como constituição de sentidos.

Por isso “[...] o espaço local é o terreno das relações sociais de proximidade” (PROST, 2009, p. 171). Nessa dinâmica realiza-se o *Dasein* do ser-no-mundo em sua espacialidade intrínseca. Nas discussões sobre a questão do Ser e de sua ontologia, Hannah Arendt (1993) utiliza o termo *Existenz* como o “ser do homem”, ao passo que Heidegger (2012) utiliza a expressão *Dasein*; a própria existência do Ser se realizando. “O *Dasein* é um ente que, entendendo-se em seu ser, comporta-se em relação a esse ser. Assim se indica o conceito de existência” (HEIDEGGER, 2012, p. 169).

Os modos de existência abrigam e propiciam especialmente os saberes. Isso justifica considerá-los – os saberes – produtos da recursividade de relações e interações cognitivas e existenciais na vida cotidiana. “De modo que os comportamentos consensuais pertencem ao domínio das condutas aprendidas” (MATURANA, 2001, p. 71). Os sistemas sociais instituídos têm saberes que lhes são próprios e constituem a possibilidade da geração de condutas válidas pelos seus membros. Tais condutas criam “[...] uma rede de interações que opera para eles como um meio no qual eles se realizam como seres vivos, e no qual eles, portanto, conservam sua organização e adaptação [...]” (MATURANA, 1997, p. 199).

As geograficidades de pescadores e marisqueiras artesanais aparecem como resultados de relações e interações cognitivas e existenciais afetivas, pois ligam cada extrativista a seus lugares de convívio, de obras e de coexistências cotidianas. A essa ligação atribui-se todo o universo de saberes, sentires e fazeres que os caracterizam e lhes dão a noção de ser-no-mundo. Essa compreensão de si mesmo é essencial quando se pensa no Ser do agente-sujeito ao agir, “[...] reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser *mais*” (FREIRE, 2005, p. 59). Fenômeno facilmente observado ao analisar todo processo de organização do tecido e da coesão sociais, e do corpo político na Resex. O orgulho de ser pescador ou marisqueira se reflete na força e na coerência do discurso, das ações e das práticas sociais. Como na fala de Fabio, pescador de Campinhos, “pra mim, representa tudo nessa vida”, ou na fala de D. Marlene, marisqueira de Campinhos, “sou pescadora desde 12 anos e tenho muita honra e prazer, a gente é digno daquilo que a gente faz”.

A ação política é a manifestação plena da consciência do agir coletivo com vistas ao bem comum. A coerência e a cumplicidade percebidas entre as ações das lideranças comunitárias da Resex, via as ações da AMEX, se refletem no comportamento e na valorização que os beneficiários(os) destinam às lideranças por elas(es) identificadas e legitimadas. “O saber da partilha tem o dom de se traduzir em solidariedade” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 10).

3. Num outro tempo, depois do sonho... sobre as obras da ação e dos saberes

O egoísmo nunca pode ser maior que a solidariedade...

Ernesto Monteiro de Almeida (Liderança comunitária na Resex Marinha de Canavieiras)

A epígrafe acima revela um pequeno trecho das inúmeras conversas tidas com Ernesto Monteiro. Na ocasião, ele explicava o que é importante ser cultivado por uma pessoa escolhida conselheira titular do Conselho Deliberativo (CD) da Resex. O uso dessa frase é providencial, pois enaltece o papel dos princípios da ação política, bem como suas correlações com os saberes dos extrativistas marinhos da unidade.

A postura sugerida pela frase é defendida e praticada entre as lideranças comunitárias da Resex (que não necessariamente exercem algum cargo institucional nas associações comunitárias) e há, intrínseca a ela, uma sugestão de caminho para uma epistemologia do diálogo, com elementos de humanismo que são essenciais ao processo do fazer ciência e do uso dessa ciência. Para além de questões epistemológicas e de método, como posicionamento político, a fenomenologia e a ciência da cognição alertam para a construção de proposições explicativas com vistas à compreensão da pluralidade intrínseca à conspiração ontológica nos desejos de convivência e invocada pela ação política para um viver social sadio.

As inter-relações entre saberes e ação política a partir das noções de trabalho e obra colocadas por Arendt (2014) permitem considerar que ambos os fenômenos, ao se correlacionarem numa relação de cumplicidade, possuem também suas obras possíveis. Tais questões são gerativas para as reflexões aqui presentes, pois compreende-se que o debate sobre o fenômeno da obra e suas correlações com o trabalho, iniciado por Arendt (2014), pode ser ampliado a partir da atribuição também aos produtos da ação política e dos saberes, e não somente do fazer técnico, o sentido de obra.

Na ação política e no fazer dos extrativistas marinhos da Resex, há inevitavelmente a presença do trabalho. Trata-se do próprio metabolismo e do funcionamento fisiológico do corpo humano (ARENDR, 2014): nossa

ontologia existencial não prescinde disso. Por essa razão, a interface com a noção de autopoiese de Maturana e Varela (2001) – fenômeno que encerra e caracteriza a circularidade e a autocriação presentes na vida – é considerada aqui o fenômeno gerativo do trabalho. Não é o trabalho direcionado para o fazer técnico ou para a fabricação de algum objeto, mas para a ação política e para os produtos dos saberes. No caso da Resex Marinha de Canavieiras, o trabalho está também direcionado para a realização das obras agroextrativistas, estabelecendo, assim uma correlação íntima e essencial com os saberes e as geografias dos seus moradores.

Quando Maturana e Varela (2001) definem a autopoiese como característica essencial dos fenômenos gerativos dos sistemas vivos, com suas relações e interações próprias, abre-se a possibilidade de dialogar suas ideias com o sentido atribuído por Hannah Arendt (2014) ao trabalho como uma das atividades da condição humana de existência. Nas reflexões sobre a interface entre trabalho e vida, Arendt (2014) destaca a dimensão fenomênica da fisiologia e a circularidade inerente à vida (sua autopoiese) ao afirmar que,

Cíclico, também, é o movimento do organismo vivo, incluindo o corpo humano, enquanto ele pode suportar o processo que em toda parte consome a durabilidade, desgasta-a e faz desaparecer, até que finalmente a matéria morta, resultado de processos vitais pequenos, singulares e cíclicos, retorna ao gigantesco círculo global da natureza, onde não existe começo nem fim e onde todas as coisas naturais volteiam em imutável e infundável repetição (ARENDR, 2014, p. 119).

O trabalho e a autopoiese são sempre essenciais, mas “o nascimento e a morte de seres humanos não são simples ocorrências naturais [...]” (ARENDR, 2014, p. 119), pois essa durabilidade da permanência materializa relações e interações cognitivas e experienciais, atribuindo à vida sentido humano e criando as instituições imaginárias sociais, a partir da recursividade de condutas válidas dentro de um sistema de consensualidades e coincidências nos desejos de convivência.

A obra do fazer tem sua durabilidade definida e encerrada na durabilidade das coisas por ele fabricadas. As obras da ação política e dos saberes têm suas durabilidades conservadas pela conspiração ontológica nos desejos de convivência que as realizaram. Logo, no caso da Resex, para a coesão na organização do tecido social e a manutenção do corpo político, são

essenciais as condutas consensuais presentes na recursividade do conviver cotidiano. A atividade do trabalho e sua característica autopoietica se realizam para toda e qualquer dimensão fenomênica identificada através das intencionalidades inerentes às obras: trata-se do seu fenômeno gerativo.

A compreensão das obras da ação política passa pela compreensão dos saberes extrativistas marinhos, pois há uma cumplicidade intrínseca e dialógica entre a institucionalização do território e sua interface com as geografias locais. Nesse sentido, a somatória dos saberes extrativistas marinhos com o entendimento da institucionalidade comum à Resex, com suas possibilidades jurídico-normativas de planejamento e gestão, permite aos pescadores e às marisqueiras da Resex alcançarem um nível de compreensão desse contexto, tornando-os imprescindíveis para todo e qualquer projeto de ação política dentro da unidade.

A assinatura do decreto de criação da Resex simboliza a mais significativa obra da ação política comunitária promovida pelos extrativistas marinhos de Canavieiras e arredores: a criação de um domínio público para o espaço de experiências e vivências de um corpo político em busca do bem comum. É unânime entre os extrativistas marinhos considerar a conquista do território a maior e mais significativa de todas: “Tem um companheiro do CNS-Conselho Nacional dos Seringueiros que diz ter 10 motivos para justificar a criação de uma Resex. Mas, sem sombra de dúvidas, a autonomia e a garantia do território é o maior de todos...” (Palavras de Carlinhos, liderança comunitária da Resex).

Se a ação política e sua fenomenologia consideram as atividades do espírito que a precedem e tais atividades são constituídas a partir da liberdade política, da eterna possibilidade do novo na ação e de princípios estabelecidos para essa mesma política (ARENDETT, 1993; 2000a; 2000b; 2014), a transformação para um viver social sadio será sempre uma possibilidade realizável.

As obras da ação política são as conquistas dos extrativistas marinhos e devido à institucionalidade da Resex essas obras sempre são registradas em documentos jurídicos e normativos publicados no Diário Oficial da União. Esses procedimentos dão segurança jurídica e ao mesmo tempo tornam públicas as regras, as diretrizes e os princípios para cumprir o determinado. No âmbito do reconhecimento dos territórios comunitários e da criação

de uma Resex, o CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – cumpre um papel fundamental para os extrativistas marinhos assegurarem a promoção da autonomia e suas implicações no cumprimento dos objetivos pelos quais justificaram a criação dessa Resex.

A natureza jurídica do CCDRU e o concessionário do mesmo (no caso da Resex Marinha de Canavieiras a AMEX) exigem, por meio da coesão no tecido social e no corpo político, a conservação da conspiração ontológica que viabilizou a assinatura do contrato. Todo o processo de debates e reivindicações para a assinatura do CCDRU tem o CD e a AMEX como peças fundamentais. No entanto, devido a sua relevância política, antes de falar sobre a criação do Conselho Deliberativo da Resex, gostaria de designar um destaque para outra obra da ação política comunitária: a criação da AMEX em 2009 e o conteúdo de seu estatuto e modelo de gestão.

Carlinhos, liderança comunitária da Resex e morador da comunidade de Atalaia, destaca que durante o processo de criação da AMEX havia um consenso entre os pescadores e as marisqueiras sobre sua importância para a Resex. Entende-se que o formato da instituição traria mais capilaridade para as ações políticas, o que permitiria, inclusive, trabalhar com mais intensidade o fortalecimento comunitário das outras associações a ela ligadas.

Segundo o estatuto da AMEX, sua administração é composta por Assembleia Geral, Diretoria, Conselho Normatizador Deliberativo e Conselho Fiscal. Não há cobrança de taxas e nem registros dos associados, pois consideram todos os beneficiários da Resex automaticamente membros da AMEX. É importante sublinhar que a Diretoria não tem poder decisório e trata-se apenas de um órgão propositivo. A Assembleia Geral como órgão máximo da administração cumpre, junto com o Conselho Normatizador Deliberativo, a responsabilidade pelas decisões coletivas, não havendo a existência do voto de minerva como atribuição do presidente da associação.

No início do processo de criação e efetivação da AMEX houve ações direcionadas ao fortalecimento do corpo político, mas também para a capacitação das lideranças. Ernesto, liderança comunitária da Resex e morador da comunidade de Barra Velha, destaca dentre as conquistas:

O projeto específico da AMEX foi um projeto voltado para a capacitação das lideranças da Resex, foi um projeto onde se trabalhou capacitação sobre legislação pesqueira, legislação ambiental, legislação previdenciária, sobre direitos trabalhistas,

sobre aquaviário, oficina sobre a parte contábil da gestão dos recursos financeiros. Tirando isso aí, nós tivemos aqui no município de Canavieiras recentemente a chegada de algumas organizações de outros estados visitando a gente aqui pra ver como foi que se deu esse trabalho do projeto de compensação ambiental, de que forma foi trabalhado, como foi agregado, todas essas instituições da pesca para discutir um projeto em comum, isso não é comum na costa brasileira. Foi o primeiro lugar que foi feito esse trabalho foi aqui. E esse intercâmbio que essas pessoas vieram fazer aqui serviu de divulgação em outras regiões que nós de Canavieiras conseguimos chegar a esse patamar de união entre essas instituições da pesca para conseguir algo em comum.

Isso coloca outro destaque da Resex; a iniciativa de criação do banco comunitário BAMEX¹. Esse projeto motiva, dentre outras coisas, reflexões e diálogos sobre economia solidária e melhorias na geração de receita, na gestão financeira ligadas ao extrativismo marinho e na economia doméstica. Percebe-se também em diálogos sobre o banco com os extrativistas um sentimento de orgulho e autoadmiração diante da iniciativa e dos êxitos conquistados a partir dele.

Há ainda a criação do projeto Rede de Mulheres² (FIGUEIREDO, 2013) e todos os momentos de reflexões coletivas e formação política proporcionados pelas reuniões, encontros e intercâmbios da instituição-mãe. A dialogicidade, a autonomia e a partilha são inexoráveis ao processo e, ao mesmo tempo, fenômenos geradores dessa dinâmica de relações e interações peculiares ao funcionamento e à gestão da AMEX.

Embora exista entre os beneficiários das diferentes comunidades da Resex percepções individuais distintas, quando o que está em jogo é o bem-estar coletivo e a boa gestão, há uma tendência em prevalecer a consensualidade inerente à coesão social que os fortalece. Há exemplos de alguns momentos vivenciados em reuniões da AMEX que precedem as reuniões do CD que evidenciam essa percepção. Há naturalmente divergências entre opiniões pessoais, mas esses impasses nunca os fizeram perder de vista a Resex, o que os une de fato. Desta maneira, a própria noção de conflito é ressignificada, pois pensamentos distintos jamais deixarão de existir, mas, num ambiente dialógico, não são mais obstáculos ou indicativos de tensões ideológicas irresolvíveis,

[...] mas sim de dinâmicas cotidianas e democráticas de pessoas com interesses, histórias e opiniões diferentes entre si [...] Há todo um processo de destruição e reconstrução no meio do caminho, do momento da emergência de diferenças

acerca de uma questão, até a chegada a uma decisão coletiva que possa ter se servido dessa pluralidade e que, de certa forma, também venha para dar sentido a ela (ANDRADA, 2006, p. 6-7).

Essa característica imanente à própria natureza institucional da AMEX alimenta um modelo de gestão defendido e valorizado internamente, pois cria condições favoráveis para processos decisórios ocorrerem com interferências e contribuições apenas de pessoas e instituições escolhidas como parceiros pelos próprios extrativistas marinhos. Isso é muito claro entre os pescadores e as marisqueiras da Resex: a avaliação da parceria é criteriosa e necessita atender as expectativas e as demandas dos moradores da unidade.

Todo esse contexto narrado sobre a AMEX não se repete com o Conselho Deliberativo (CD). A começar pela sua composição, pois o SNUC condiciona a representação de instituições não comunitárias, da sociedade civil, da iniciativa privada e do poder público municipal, gerando, especialmente para a Resex em Canavieiras, conflitos de interesses entre os diferentes temas e demandas colocadas.

Essa composição impõe à gestão lidar com a presença de setores que não fazem parte do universo de geograficidades, saberes e fazeres do extrativismo marinho e isso pode criar obstáculos para a compreensão de relações e interações sociais e ecológicas, vulnerabilidades, potencialidades e desafios peculiares da Resex, além de divergências entre visões de mundo e intencionalidades. Essa situação pode ampliar o risco dessa mesma gestão receber influências contrárias (como já ocorreu) aos cumprimentos dos objetivos da unidade e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. A participação de outros setores não é necessariamente negativa, há instituições como universidades públicas e ONGs, por exemplo, que os extrativistas marinhos fazem questão de ter na composição do conselho.

Não obstante tais características e eventuais problemas, a previsão de criação de um CD pela lei do SNUC no §2º do art.18º é outro ponto de destaque para as obras da ação política comunitária. Com caráter deliberativo e sendo necessário em sua composição ter maioria de representantes dos extrativistas marinhos, o atendimento das demandas e vulnerabilidades das populações tradicionais beneficiárias é definido em assembleias, evidenciando sua relevância para o planejamento e a gestão da Resex e para o

cumprimento dos objetivos de sua criação. Por isso a assinatura da Portaria nº 71 de setembro de 2009, de criação do Conselho Deliberativo da Resex de Canavieiras, é outro documento normativo resultado de ações políticas promovidas pelos extrativistas marinhos em parceria com a AMEX, o ICMBio e instituições da sociedade civil organizada.

Como obra da ação política e dos saberes, essa autonomia, ao mesmo tempo meio e fim, se efetivou no decreto de criação da unidade e na assinatura do CCDRU, mas sobretudo na existência cotidiana de um espaço público e em tudo o que ela – a autonomia – pode implicar para a vida dos extrativistas marinhos. Por isso é necessário o estabelecimento da autonomia como princípio para a política. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 59).

Essa dinâmica de aceitação mútua surge na convivência como resultado dela e é essencial à conspiração ontológica para os desejos de convivência invocados pela ação e pelo viver social sadio. Em vista disso,

[...] o Ser se molda no mundo, na existência espaço-tempo, nas experiências e nas relações da vida coletiva, entre as objetividades e as subjetividades, entre a razão e as emoções. [...] O ser está no mundo, ter a consciência é, sobretudo, assumir a responsabilidade sobre si e sobre o outro (SILVA, 2016, p. 22).

Segundo Ernesto (liderança comunitária, morador de Barra Velha), desde o final da década de 1990 e início de 2000, pescadoras de caranguejo de Canavieiras já se reuniam para criar uma associação e reivindicar melhorias nas condições de trabalho e conservação da natureza. Após 11 anos de criação da Resex, o cenário construído aparece nas falas dos pescadores e das marisqueiras como sinônimo de orgulho e, ao mesmo tempo, de desafios. Há nas ciências – visto que para nós cientistas trata-se de uma questão essencialmente epistemológica – e entre os extrativistas marinhos e outros povos e comunidades tradicionais do país, demandas para superar as contradições e fragilidades da cogestão imposta pelo SNUC, frente à urgência da autogestão sugerida pelas ressignificações de um sentido para a política e do papel do Estado.

4. Entre o jurídico e o político, a ação e a educação... cogestão e autogestão na Resex Marinha de Canavieiras

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – Pergunta Kublai Khan.

A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco – mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

Sem pedras o arco não existe (CALVINO, 1990, p. 79).

Embora não seja comum, permita-nos iniciarmos esse item com uma citação e utilizá-la como analogia e ponto de partida para somar às reflexões outro fenômeno da vida social considerado para a ação política o seu âmago. A educação é para a ação o que a curva do arco é para a ponte. Do mesmo modo que ela une e organiza as pedras formando o arco, a educação une na dialogicidade agentes-sujeitos para a ação. Porém sem agentes-sujeitos conscientes³ de seu papel e sua relevância, não há ação política. Por isso,

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca (MATURANA, 1998, p. 29).

Ao considerar a educação um processo contínuo e ininterrupto, cito o destaque colocado por Carlinhos, liderança comunitária da Resex, em uma de suas falas, sobre a importância da paciência com o processo de amadurecimento, que pode ser considerado um processo pedagógico, dos extrativistas marinhos e beneficiários da Resex:

Nós temos que reconhecer que o entendimento a respeito desse processo, inclusive das vitórias e tudo, nós não temos que exigir que os companheiros tenham esse entendimento do dia pra noite. A gente vive uma história de 500 anos de exclusão aonde eu não tenho que querer fazer uma transformação em 10 anos que levou 500 anos para se consolidar. Porque a gente vê muitos casos de companheiros que estão vendo as conquistas, mas demora um pouco para assimilar isso (Carlinhos, liderança comunitária da Resex e um dos entrevistados durante a pesquisa de campo).

Admite-se, portanto, que a educação une e coloca as pessoas para dialogar num processo contínuo de trocas e reciprocidades. Tal processo cria o amadurecimento da consciência do seu papel de agente-sujeito na transformação social, a partir da ação política e como resultado dela. Entendida como o exercício cotidiano de convívio com o outro (MATURANA, 1998), a educação potencializa a construção e a sustentação de princípios necessários à conspiração ontológica. Isso implica em direcioná-la para a coincidência nos desejos de convivência, aspecto inerente às condutas consensuais recorrentes de aceitação mútua e próprias da ação política e do viver social sadio.

A educação, a ação política e a gestão da Resex têm em comum o caráter processual e de construção cotidiana das condições necessárias e oportunas para serem efetivamente realizadas. A pluralidade presente na coexistência consensual de ontologias é fenômeno gerativo e inexorável dos processos citados. Na educação “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p. 78). Esses processos, tanto na educação como na ação política, revelam as intersubjetividades e a ontologia existencial do outro evocadas no e pelo espaço de convivência criado.

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa (FREIRE, 2005, p. 81).

Isso não significa, porém, que a simples presença da educação para a realização da ação política garanta em si mesma o estabelecimento dos mesmos princípios identificados entre os extrativistas marinhos da Resex. Contudo, quando essa educação é dialógica e tem como elementos essenciais a partilha e a autonomia dos agentes-sujeitos envolvidos, sua contribuição ao processo é substancial. “Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo” (FREIRE, 2005, p. 96).

Assim é que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria, verbalismo, blablablá. Por tudo isso, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a

denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação.

Se, pelo contrário, se enfatiza ou exclusiviza a ação, com o sacrifício da reflexão, a palavra se converte em ativismo. Este, que é ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo (FREIRE, 2005, p. 90).

É nesse ponto que os comportamentos das lideranças comunitárias e da AMEX nos evidenciam o apreender como um processo essencial entre os extrativistas marinhos e a gestão da Resex. O caráter formativo das relações e interações educativas, inerentes aos processos de organização da coesão no tecido social, é característica também das ações do corpo político. A reflexão contínua provocada pelo domínio do público, constitutiva e constituída nesse processo, propiciou uma compreensão das interfaces entre o jurídico e o político (o institucional ligado ao exercício do Estado e o comunitário ligado à conspiração ontológica que une os extrativistas marinhos) que permite aos pescadores e às marisqueiras locais transcender o caráter restritivo comum à judicialização da vida social e política.

A resultante disso é o questionamento frente a artigos específicos e significados embutidos nos textos das legislações ligadas ao universo das Resex no Brasil. O Estado brasileiro conserva condutas, por meio da legislação, frente à gestão e ao controle territorial das UCUS para garantir sua soberania territorial sobre povos e comunidades tradicionais. Como o Estado não é imparcial, a parcialidade e a conduta estarão sempre atreladas às intersubjetividades de seu representante no momento, por isso no primeiro item uma ressalva sobre as observações realizadas em campo sobre o trabalho dos analistas do ICMBio.

Desta maneira, dentro das Resex as decisões da chefia da unidade são tomadas pelo funcionário do ICMBio, com seus valores e sua visão de mundo. Quando esse representante do Estado não consegue compreender os processos de melhorias na coesão do tecido social e no corpo político, que permitam alterar normativas jurídicas da gestão territorial, os avanços ficam comprometidos e as possíveis transformações positivas do processo também.

Isso justifica a relevância atribuída aos conteúdos dos instrumentos de gestão e de manejo na Resex. Como implicam na participação dos extrativistas marinhos em sua concepção e sua construção final e, devido à natureza e às características desses documentos, eles tendem a trazer

melhorias nas decisões vinculadas ao exercício fiscalizador e de gestor atribuídos ao presidente do conselho e chefe da unidade.

Os questionamentos da AMEX frente às contradições e limitações do SNUC expõem falhas da gestão pública e da política partidária no Brasil e motivam entre as lideranças comunitárias e a AMEX debates e reflexões sobre cogestão e autogestão territorial (SANTOS; PROST, 2016). O trabalho de doutoramento de Cunha (2010) resgata um tema sempre central entre os movimentos e mobilizações sociais em relação às políticas ambientais (ou à ausência delas) no Brasil. O processo de lutas culminou primeiramente na assinatura da Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional de Meio Ambiente e depois em 2000 na Lei nº 9.985 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A criação dessas leis foi fundamentada em debates e reflexões sobre a essencialidade da autonomia de povos e comunidades tradicionais agroextrativistas, no que tange ao planejamento e à gestão de seus territórios. No entanto, a criação do SNUC impôs noções de cogestão e corresponsabilidade, mas com o tempo a autogestão voltou às pautas das reivindicações desses grupos sociais.

Há o reconhecimento de que a autogestão não depende somente do texto da legislação. A demanda por processos educativos com vistas à ação política e direcionados para a recursividade de condutas consensuais precedentes e necessárias à criação de um corpo político está presente. Isso justifica a importância atribuída à compreensão do sentido geográfico da ação política, por meio das geograficidades inerentes a cada sistema social instituído.

Para a AMEX, as contradições entre autogestão e cogestão se materializam primeiramente na figura do chefe da Resex, pois o Estado estabeleceu um funcionário concursado do IBAMA que, a partir de 2007 com a assinatura da Lei nº 11.516, foi substituído por um funcionário do então criado Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Como determinação jurídica, o chefe da unidade é doravante o presidente do CD; assim as principais funções institucionais e a prerrogativa do voto de minerva ficam com o Estado. Há, nesse caso, um obstáculo jurídico para um extrativista marinho (ou até mesmo uma instituição comunitária) presidir o conselho e chefiar a unidade.

Nesse contexto, decisões importantes para a gestão da Resex não são exclusivamente tomadas pelos extrativistas marinhos e o risco de interesses alheios aos da conservação e de melhorias nas condições de vida dos seus beneficiários é iminente. Desta maneira, as populações tradicionais são compelidas a formar consensos internos para suas ideias serem levadas em consideração; caso contrário, a criação de uma esfera de decisão mais ampla, abarcando um leque variado de agentes locais, pode ser realizada em detrimento dos extrativistas marinhos.

Por isso, se destaca o comportamento das lideranças comunitárias: há na estrutura e no modelo de funcionamento e de estatuto da AMEX um direcionamento para a realização da ação política com vistas ao planejamento e à gestão da Resex. Assim, quando esse planejamento e essa gestão estão sob responsabilidade do ICMBio, a ação política corre o risco de se reduzir a um conjunto de técnicas e condutas normativas determinadas pela hierarquia do órgão e pelas atribuições profissionais apenas.

O legalismo presente e inerente ao exercício das funções dos analistas do ICMBio implica no risco do abandono da espontaneidade e possibilidade do novo e da liberdade política intrínsecas à ação (ARENDDT, 1993; 2014). A dinâmica do corpo político mantido pela AMEX permite a coexistência de intersubjetividades que se materializam nas relações e interações entre os extrativistas marinhos, o mundo e a natureza circundantes. Tal dinâmica é impossível de ser reproduzida no âmbito da atuação dos funcionários do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), pois inexistem os fenômenos gerativos da ação e do espaço público criado pela coesão social peculiar à AMEX.

As relações entre os funcionários do ICMBio nas funções institucionais de gestão da Resex são relações de trabalho fundamentadas no cumprimento de ordens, “[...] elas se fundam no compromisso de cumprir uma tarefa e, nelas, o cumprimento da tarefa é a única coisa que importa” (MATURANA, 1998, p. 69). Neste sentido, não há a reflexão coletiva para pensar o fazer, algo comum na ação política. Outro ponto negativo está no caso do ICMBio/do MMA tratar essas relações de trabalho como relações hierárquicas, o que as distanciam ainda mais das relações sociais baseadas na consensualidade de condutas válidas e na recursividade do conviver. As relações de trabalho, sendo hierárquicas, “[...] se fundam na negação

mútua implícita, na exigência de obediência e de concessão de poder que trazem consigo. O poder surge com a obediência, e a obediência constitui o poder como relação de negação mútua” (MATURANA, 1998, p. 69).

Isso não significa a inexistência de ações e práticas positivas realizadas pelos analistas ambientais do ICMBio/do MMA dentro das UCs. Especialmente para as Resex, há inúmeros exemplos no país de projetos desenvolvidos por analistas do ICMBio e que resultaram em transformações positivas para os beneficiários e para a conservação da natureza. Na Resex em Canavieiras há vários projetos que tiveram a participação e a contribuição do ICMBio/IBAMA/MMA. A transformação necessária está nos princípios e propósitos de atuação desses analistas; isso não pode ser determinado pelo indivíduo contratado, mas sim pela função social e política do cargo e da consequente responsabilidade assumida por cada analista do ICMBio.

Para os territórios comunitários isso é essencial. Diante disso, deve-se considerar no espaço “[...] a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros” (MASSEY, 2013, p. 15). Esse sentido atribuído ao espaço faz da coexistência de ontologias distintas uma característica e não um obstáculo. Para tanto, a recursividade de condutas consensuais de aceitação mútua na convivência é invocada. Assim, corrobora-se com princípios inerentes à ação política, tais como a pluralidade humana e o diálogo de saberes, o que demanda dos analistas do ICMBio uma ressignificação de suas relações e interações sociais para com a gestão territorial na Resex.

Prosseguindo com as reflexões de Massey (2013), o espaço apresenta-se, portanto, como a esfera que possibilita a existência da multiplicidade. Distintas trajetórias coexistem nessa multiplicidade e num ambiente em constante construção.

O sentido de espaço destacado por Massey (2013) é para a gestão territorial o que os princípios são para a política. Para a autora, a maneira como pensamos o espaço influencia a maneira como pensamos e realizamos a política. Quando a multiplicidade coexiste numa trama de condutas consensuais e aceitação mútua na convivência, a ação política com vistas ao planejamento e à gestão em áreas de Resex ou RDS está amparada por fenômenos gerativos da vida social. Na leitura da citação abaixo, faz-se necessário substituir a expressão “camponeses” utilizada por Paulo Freire,

pela expressão “extrativista marinho” utilizada aqui. No cumprimento de suas atividades diárias e atribuições profissionais, para um analista do ICMBio ou do MMA:

Se não for capaz de crer nos camponeses (*extrativistas marinhos*), de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente, um técnico; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador da e para as transformações radicais (FREIRE, 2011, p. 131).

5. Considerações finais

A partir do contexto e das circunstancialidades observadas na Resex Marinha de Canavieiras, as reflexões aqui apresentadas têm a pretensão de fazer sentido para todo e qualquer território comunitário (Tradicional) habitado por comunidades tradicionais no Brasil. Por isso se destaca o sentido de Ser e sua existência e coexistência cotidianas; trata-se da experiência vivida e dos saberes construídos e compartilhados. É na duração das experiências que a permanência da presença e a realização do *Dasein* na existência se materializam em relações e interações cotidianas.

Essa dinâmica de relações e interações define o fluir do nosso convívio cotidiano. É por isso que a fenomenologia e a ciência da cognição se completam e permitem ampliar a compreensão da existência humana em suas mais diferentes dimensões fenomênicas. Os viveres sociais e políticos que nos caracterizam e encerram o sentido de Ser, se realizam apenas a partir da dinâmica colocada acima; por isso é vida cotidiana.

Neste sentido, a intervenção do Estado no habitar humano e no viver social, especialmente em territórios comunitários (Tradicionais), tem nos saberes e fazeres de seus moradores-usuários um amparo essencial à sua realização. Diante de descaminhos criados pelo próprio Estado no cotidiano dessas pessoas, impedindo-as de acessar direitos sociais e políticos, nascem e adquirem sentido, nesse mesmo cotidiano, questionamentos frente à concepção de gestão territorial à qual o Estado as submete.

Na Resex em Canavieiras a relação emancipatória entre a AMEX e todas as outras associações a ela ligadas precisa ser transferida para as relações com o ICMBio e o MMA. Essa construção poderá inaugurar entre os extrativistas marinhos de Canavieiras um outro “jeito” de fazer

gestão territorial dentro dos espaços das Resex no país. Tais transformações têm sua base no habitar humano. Deste modo, esse habitar transcende o simples morar numa residência e alcança toda dinâmica de experiências cognitivas e existenciais ligadas às trocas e partilhas comuns ao cotidiano vivido no *Dasein*; as relações interativas e as interações relacionais da coexistência humana de ser-no-mundo-e-no-espaço.

Essa coexistência presente no habitar humano demanda construir um modo de existir fundado em cooperação e relações não-hierárquicas. Por isso, a ação e a educação são fenômenos da vida social possíveis apenas numa dinâmica bastante peculiar de relações e interações entre entes e ontologias. Logo, faz-se necessária uma emoção fundada num domínio de ações no qual o outro se constitua como um legítimo outro nessa coexistência. A aceitação mútua na partilha, na cooperação e na participação faz da convivência social um fenômeno constituído a partir do respeito por si mesmo e pelo outro.

Notas

- ¹ Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras. Criado para oferecer serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo por base os princípios da Economia Solidária (ITES-UFBA, 2012).
- ² O projeto Rede de Mulheres “[...] nasceu com o intuito de capacitar, mobilizar e empoderar lideranças femininas nas comunidades de pescadores de Canavieiras, e foi viabilizado a partir de um edital do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), uma entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. [...] A Rede de Mulheres abrange seis municípios do sul da Bahia, a saber: Belmonte, Una, Canavieiras, Ilhéus, Itacaré e Cabralia. O projeto espera colocar as mulheres no engajamento de luta por políticas públicas para a melhoria do trabalho da mulher na pesca artesanal” (FIGUEIREDO, 2013, p. 96-97).
- ³ Paulo Freire (2005, p. 84) coloca essa discussão, relacionando-a com nossa condição de ser inconcluso, mas que “tem a consciência dessa inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência dessa inconclusão. Por isso a educação como um que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade”. Os mesmos princípios das relações e interações entre o educador e o educando colocados por Paulo Freire atribuem-se, veremos mais adiante, às relações e interações entre povos e comunidades tradicionais e o Estado nas figuras do ICMBio e do MMA. “Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tomam sujeitos do processo em que crescem juntos e que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem” (FREIRE, 2005 p. 79). É o mesmo que Maturana (1998), Toro (2005) e Castoriadis (1982) colocam a respeito de nossas responsabilidades sobre si e sobre o outro, motivadas e fundadas numa relação de condutas consensuais estabelecidas com o outro.

Referências

ANDRADA, Cris F. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 9, n. 1, 2006, p.1-14.

ARENDETT, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Tradução de H. Martins et. al. Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 1993.

_____. **A vida do espírito** – Vol. I o pensar. Tradução de João C. S. Duarte. Lisboa-Portugal: Instituto Piaget, 2000a.

_____. **A vida do espírito** – Vol. II o querer. Tradução de João C. S. Duarte. Lisboa-Portugal: Instituto Piaget. 2000b.

_____. **A condição humana**. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e existência: a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. A pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org.). **Pesquisa Participante**: o saber da partilha. 2. ed. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2006. p. 7-20.

BRASIL. **Lei nº 6938 de 1981**. Institui a Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília: 1981.

BRASIL. **Decreto nº 6040 de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: 2007.

BRASIL. **Instrução normativa nº 03 de 2007**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: 2007.

BRASIL. **Instrução normativa nº 09 de 2007**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e alteração na composição dos conselhos gestores de Unidades de Conservação federais. Brasília: 2007.

BRASIL. **Instrução normativa nº 29 de 2007**. Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais. Brasília: 2007.

BRASIL. **Lei nº 11516 de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; altera as Leis nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de

2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: 2007.

BRASIL. **Lei nº 9985 de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: 2000.

CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. 2. ed. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 5. ed. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990**. 2010. 308f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) – Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FIGUEIREDO, Marina M. A. **Trabalho e participação política das pescadoras na reserva extrativista (Resex) Canavieiras-BA**. 2013. 116f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **A pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2005.

_____. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo** (Trad. Fausto Castilho). Campinas-SP: Ed. UNICAMP; Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria nº 71 de 2009**. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras. Brasília-DF, 2009.

ITES/UFBA. INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Projeto Rede Baiana e Nordeste de Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. Salvador/BA, 2012. www.ites.colivre.net. Acesso em março de 2012.

MACHADO, Ricardo A. S. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA**. 2007. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 4. ed. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MATURANA, Humberto; YÁÑEZ, Ximena Dávila. **Habitar humano: em seis ensaios de biologia-cultural**. Tradução de Edson Araújo Cabral. São Paulo: Palas Athena, 2009.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Tradução de Cristina Magro et al. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1997.

_____. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de José F. C. Fortes. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

_____. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001.

PROST, Catherine. Troca de saberes tendo em vista uma gestão ambiental participativa. **GeoTextos**, Salvador-BA, v. 05, n. 1, p. 165-179, 2009.

SANTOS, M. A.; PROST, C. Gestão territorial e Unidades de Conservação de Uso Sustentável e incoerências do SNUC. **Novos Cadernos NAEA**, Belém-PA, v. 19, n. 1, p.143-158, 2016.

SILVA, Catia A. Sobre a geografia das existências. In.: SILVA, C. A.; PAULA, C. Q. de (Org.). **Brasil e Moçambique: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 17-32.

TORO, José Bernardo. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2005.

Recebido em: 05/12/2017

Aceito em: 16/01/2018